



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 177112 - SP (2021/0011222-7)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
SUSCITANTE : ARANTES ALIMENTOS LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADOS : IGOR BILLALBA CARVALHO - SP247190
LAUANY BARBOSA - SP358209
ANDRA CRISTINA DE SOUSA DOMINGOS - SP433630
ANDRÉA NOGUEROL ODORIZZI - SP361531
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP
SUSCITADO : JUÍZO DA 30ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE - MG
INTERES. : NARA LUCIA VITALINO DE MELO
ADVOGADO : DAVIDSON LUCAS MOREIRA REIS - MG125179

DECISÃO

Cuida-se de conflito de competência com pedido liminar suscitado por ARANTES ALIMENTOS LTDA, em recuperação judicial, em que aponta como suscitados o JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (SP) e o JUÍZO DA 30ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE (MG).

A suscitante narra que o Grupo Arantes, do qual faz parte, obteve o deferimento de seu plano de recuperação judicial pelo Juízo de Direito da 8ª Vara Cível de São José do Rio Preto nos autos da Recuperação Judicial n. 0014344-92.2009.8.26.0576.

Alega que, após o julgamento dos recursos cabíveis no tribunal *ad quem*, o Juízo da 30ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte (MG) ordenou o prosseguimento da execução na Reclamação Trabalhista n. 0001799-53.2011.5.03.0109 proposta por Nara Lucia Vitalino de Melo e, em 18/12/2020, determinou o bloqueio de ativos financeiros da empresa recuperanda.

Defende a competência do Juízo da recuperação judicial para deliberar sobre seu patrimônio e autorizar o pagamento de créditos inegavelmente concursais.

Requer a concessão da medida liminar "para que o Juízo da 30ª Vara Federal do Trabalho de Belo Horizonte/MG se abstenha de realizar qualquer ato de oneração patrimonial da suscitante ou seus sócios até julgamento final do presente conflito, em atenção ao *periculum in mora*, uma vez que há plausibilidade no pedido realizado" (fl. 28).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, os atos de execução dos créditos individuais e fiscais promovidos contra empresas falidas ou em recuperação judicial, bem como quaisquer outros atos judiciais que envolvam o patrimônio das referidas empresas, tanto sob a égide do Decreto-Lei n. 7.661/45

quanto da Lei n. 11.101/2005, devem ser realizados pelo juízo universal.

Também estão sujeitas a esse juízo quaisquer deliberações acerca de valores relativos a depósitos recursais existentes em reclamações trabalhistas, ainda que efetivados anteriormente à decretação da falência ou ao deferimento da recuperação judicial.

Confirmam-se os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. LIMINAR DEFERIDA. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO TRABALHISTA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. JUSTIÇA LABORAL. DEPÓSITO RECURSAL REALIZADO ANTES DO DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO. RETENÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL. ART. 76 DA LEI N. 11.101/2005.

1. Os atos de execução dos créditos individuais e fiscais promovidos contra empresas falidas ou em recuperação judicial, tanto sob a égide do Decreto-Lei n. 7.661/45 quanto da Lei n. 11.101/2005, devem ser realizados pelo Juízo universal. Inteligência do art. 76 da Lei n.

11.101/2005. Precedentes.

2. A decretação da falência carrega ao juízo universal da falência a competência para distribuir o patrimônio da massa falida aos credores conforme as regras concursais da lei falimentar, inclusive, decidir acerca do destino dos depósitos recursais feitos no curso da reclamação trabalhista, ainda que anteriores à decretação da falência (CC 101.477/SP, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 09/12/2009, DJe 12/05/2010).

3. É da competência do juízo da recuperação a execução de créditos líquidos apurados em outros órgãos judiciais, inclusive a destinação dos depósitos recursais feitos no âmbito do processo do trabalho (CC 162.769/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/06/2020, DJe 30/06/2020).

4. Agravo interno não provido. (AgInt no CC n. 172.707/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Segunda Seção, DJe de 2/10/2020.)

AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO - DECISÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO - PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO EM FACE DE EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL - COMANDO QUE AFRONTA DECISÃO DO STJ ADOTADA NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA N.º 152.434/MG - RECLAMAÇÃO JULGADA PROCEDENTE. INSURGÊNCIA DA AGRAVANTE.

1. Consoante a jurisprudência desta eg. Corte Superior, o ajuizamento da reclamação, que constitui medida correicional, pressupõe a existência de um comando positivo desta Corte Superior cuja eficácia deva ser assegurada, protegida e conservada. (ut Rcl 2784/SP, 2ª Seção, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ 22/05/2009)

2. Iniciada a recuperação judicial, é mister que os atos constritivos aos ativos da sociedade sejam submetidos ao Juízo Recuperacional, sob pena de esvaziamento dos propósitos da recuperação. Precedentes da Segunda Seção.

2.1. As decisões proferidas pela Justiça do Trabalho que determinaram o prosseguimento da execução trabalhista implicaram, de fato, em ofensa à autoridade do julgado desta Corte, a ensejar o acolhimento da reclamação.

3. Agravo interno desprovido. (AgInt na Rcl n. 35.032/MG, relator Ministro Marco Buzzi, Segunda Seção, DJe de 4/12/2020.)

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. AÇÃO TRABALHISTA. DEPÓSITOS RECURSAIS.

1. Após o deferimento da recuperação judicial, é do juízo de falências e recuperação judicial a competência para o prosseguimento dos atos de execução relacionados a reclamações trabalhistas movidas contra a empresa recuperanda.

2. Ao Juízo recuperacional compete, inclusive, deliberar sobre os depósitos recursais constantes de ações trabalhistas, ainda que realizados anteriormente ao pedido de recuperação. Precedentes.

3. Agravo interno não provido. (AgInt no CC n. 163.175/GO, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Segunda Seção, DJe de 9/12/2020.) Ressalte-se que esta Corte Superior mitiga a aplicação do art. 6º, § 4º, da Lei n. 11.101/05, que assegura aos credores o direito de prosseguir em suas execuções individuais após o transcurso do prazo de 180 dias a partir da data em que deferido o processamento da recuperação judicial, por entender que sua aplicação "se mostra de difícil conciliação com o escopo maior de implementação do plano de recuperação da empresa" (CC n. 176.778/SP, Ministro Marco Aurélio Bellizze, DJe de 18/12/2020).

De maneira semelhante, veja-se:

O entendimento desta Corte preconiza que, via de regra, deferido o processamento ou, posteriormente, aprovado o plano de recuperação judicial, é incabível a retomada automática das execuções individuais, mesmo após decorrido o prazo de 180 dias previsto no art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/2005. (AgRg no CC n. 130.138/GO, relator Ministro Raul Araújo, Segunda Seção, DJe de 21/11/2013.)

Verifica-se, portanto, a presença do *fumus boni iuris* relativo ao pedido de suspensão da execução trabalhista.

O *periculum in mora*, por sua vez, está demonstrado por meio da decisão proferida na reclamatória trabalhista, em 18/12/2020, pelo Juízo da 30ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte (MG) determinando o bloqueio de ativos financeiros da suscitante (fl. 283).

Ante o exposto, defiro o pedido de liminar para suspender, até decisão final do presente conflito, os atos executórios promovidos pelo Juízo da 30ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte (MG), nos autos da Reclamação Trabalhista n. 0001799-53.2011.5.03.0109.

Designo, por conseguinte, o Juízo de Direito da 8ª Vara Cível da Comarca de São José do Rio Preto (SP) para decidir, em caráter provisório, as medidas urgentes.

Comunique-se com urgência aos Juízos suscitados para que prestem as devidas informações no prazo de 10 dias, nos termos do art. 197 do RISTJ.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal pelo prazo de 15 dias (art. 198 do RISTJ).

Em seguida, encaminhem-se ao relator.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência